



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO CEARÁ E O MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA E A FUNDAÇÃO DA  
CRIANÇA E DA FAMÍLIA, PARA OS FINS  
QUE NELE INDICA. (Processo Administrativo  
nº 8525306-66.2019.8.06.0000).*

ADI/TCT Nº 14/2019

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, estabelecido nesta Capital na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéba, CEP 60.822-325, inscrito no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, o Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, com a interveniência do JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FORTALEZA e da **COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo seu Prefeito, ROBERTO CLÁUDIO FROTA BEZERRA, com a interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SDHDS), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.991.232/0001-60, com sede na Rua Padre Pedro de Alencar, nº 2230, Messejana, Fortaleza/CE, CEP 60.873-082, neste ato representada por seu Secretário, Marcelo Nogueira Cruz, bem como a **FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ (FUNCI)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.175.381/0001-86, neste ato representada por sua Presidente, Glória Maria Marinho Galvão, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 19.06.2019, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

***Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal***

O presente Termo fundamenta-se no art. 57, inciso II, c/c o art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

***Cláusula Segunda – Do Objeto***

O presente aditivo tem a finalidade de prorrogar por 12 (doze) meses, com início em 19.06.2020 e término em 19.06.2021, o Termo de cooperação que, por meio de atividades de suporte técnico, operacional e administrativo, em regime de cooperação mútua, conferir maior eficácia à integração entre a Administração Municipal e o Poder Judiciário, tal como previsto no art. 70 A e no art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para maior efetividade e para o aprimoramento dos serviços auxiliares que cabem ao



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Poder Judiciário, na forma do art. 151 do mesmo Estatuto, em especial junto à Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais, nas seções Cadastro de Adotantes e Adotandos e Coordenação das Equipes de Manutenção de Vínculo e Adoção da Comarca de Fortaleza.

**Cláusula Terceira – Da Ratificação**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 03 de junho de 2020.

**WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO  
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES  
DESEMBARGADORA COORDENADORA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

  
**ROBERTO CLÁUDIO FROTA BEZERRA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

  
**MARCELO NOGUEIRA CRUZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

  
**GLÓRIA MARIA MARINHO GALVÃO  
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ**